

## **Julieta Sanches**

Muito boa tarde, à excelentíssima presidente da mesa, senhora doutora Ana Drago.

Boa tarde aos senhores e os meus parabéns aos senhores organizadores deste 1.º Congresso da Democracia Portuguesa.

Minhas senhoras e meus senhores, vocês não conhecem a Vera mas certamente perceberão que falo dela se vos disser que é a pessoa mais importante da minha vida e que foi por ela que abracei este trabalho que hoje faço que é uma causa e que eu transformei no meu projecto de vida.

A Vera é uma jovem com deficiência mental profunda, que hoje tem oportunidade de ter uma vida digna e de qualidade, porque a liberdade trouxe com ela novas formas de entender os problemas sociais e é minha filha e é também por ela e pelos milhares de cidadãos que como ela reclamam solidariedade e igualdade de oportunidades que resolvi trazer-vos aqui o meu testemunho. As pessoas com deficiência mental foram, durante décadas, tratadas como parentes menores de uma sociedade que com a justificação de lhes prestar uma assistência piedosa e digna mais não pretendeu do que esconder dos olhares e convívio do público pessoas que não respondiam por si nem tinham condições de reivindicar os seus direitos. E as famílias destas pessoas, grande parte delas de origem humilde e poucos recursos, eram pura e simplesmente abandonadas à sua desdita, elas próprias marginalizadas como se tivessem sido culpadas de algum crime de lesa sociedade. O modelo existencialista do Estado providência não incorporava quaisquer medidas ou ideias valorizadoras da dimensão humana das pessoas com deficiência mental. Limitava-se a uma perspectiva asilar das instituições onde as pessoas eram rotuladas de incapazes e por consequência desprovidas de quaisquer possibilidade efectiva de usufruir dos mais elementares direitos de cidadania.

Mudar este estado de coisas não era fácil num regime onde falar de direitos era um crime de Estado e onde a falta de liberdade constituía o primeiro e o maior dos obstáculos à mudança. Se antes do 25 de Abril éramos um povo triste e cinzento, mascarados de eternos pobres irremediados sem esperança e com muito futuro, as coisas eram ainda bem mais sombrias para aqueles cidadãos que o destino tinha marcado com uma desvantagem.

É importante abrir aqui um parêntesis, nesta altura, para ressaltar o trabalho abnegado dos que generosa e competentemente, mesmo sem liberdade, tudo faziam para defender a dignidade das pessoas com deficiência mental, mas pouco podiam fazer perante um aparelho repressivo, onde a simples reivindicação de cidadania era à partida transformada num manifesto político.

Tal como aconteceu com o resto da sociedade, a abertura da porta da liberdade que aconteceu com a Revolução de Abril promoveu um autêntico vendaval de mudanças. As pessoas poderão começar a falar abertamente dos seus problemas, a partilhar com especialistas da comunidade que os podiam ajudar, soltou-se de repente a palavra solidariedade e os cidadãos começaram a procurar nas suas atitudes o seu verdadeiro significado e para as respostas que não existiam mobilizaram-se os cidadãos para a partilha de responsabilidades, na construção de estruturas que pudessem resolver os problemas. Foi assim, desta forma simples, mas pejada de entusiasmo, empenhamento e liberdade que foram criadas as nossas cooperativas. Seriam elas que calariam bem fundo no coração agora mais disponível dos

Portugueses. As Cercis, o movimento Cerci foi criado porque o sistema educativo não tinha resposta para as crianças com deficiência mental e com o vento da liberdade a soprar a favor mobilizaram um pouco por todo o país os pais, os professores, os autarcas, os sindicalistas, os operários e começaram a aparecer as escolas de educação especial que ao longo dos anos deram lugar a estruturas mais complexas e plurifacetadas, dotadas dos apoios que continuam como na primeira hora a disponibilizar às pessoas com deficiência mental.

De posse de mais informação sobre a realidade da pessoa com deficiência mental, sobre as intervenções que lhe foram sendo disponibilizadas, a sociedade portuguesa foi mudando gradualmente a sua maneira de entender e apoiar estas pessoas. Hoje, a pessoa com deficiência mental é claramente entendida como um cidadão como qualquer outro que, apesar de diferente na forma de pensar ou agir, é igual na dimensão humana que nos situa numa mesma espécie com todos os direitos que daí lhe advém, se bem que ainda, muito ainda, está por fazer. Hoje discute-se abertamente o direito ao trabalho, à igualdade de oportunidades no exercício da cidadania, à educação para todos.

Da forma de entender a pessoa com deficiência, como um paciente que é preciso tratar e esconder, passou-se para um modelo social aberto onde as intervenções respeitam a individualidade na relação com os diferentes contextos onde se coloca o exercício da cidadania. E estamos longe ainda de ser uma sociedade aberta e tolerante onde a equidade, a justiça e a promoção da igualdade de oportunidades sejam imagens de marca da cidadania. Fazemos, aliás, parte de uma sociedade cada vez mais competitiva onde cada vez sobra menos tempo para a solidariedade assumida quotidianamente. A solidariedade espontânea tem vindo a dar lugar a uma solidariedade programada, distanciando os cidadãos das causas para as quais deveriam reservar uma solidariedade activa, mas temos ainda esse valor supremo que é a liberdade individual, referência essencial no combate a todas as formas de exclusão. É por isso, muito mais longo e porventura complexo o caminho que falta percorrer do que aquele que já foi percorrido, apesar dos muitos e significativos passos que foram dados no decurso de todos estes anos. Mas estamos em democracia e é a liberdade dela resultante que nos dá a garantia plena de podermos continuar a lutar por uma sociedade mais justa, por uma sociedade que saiba valorizar a mais-valia que nos advém das diferenças. Até porque é nela que se centra a principal mensagem do 25 de Abril e como diria o poeta Ary dos Santos «acreditamos que as portas que Abril abriu nunca mais ninguém as fecha».

Muito obrigada.